

| 848 | VIOLÊNCIA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: CRIMINALIDADE, SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA E “DESVINCULAÇÃO” DO LUGAR

Yasminie Midlej Silva Farias Cerqueira

Resumo

A explosão urbana decorrente do processo de industrialização afetou o modelo espacial da cidade, seu ambiente e as relações nele estabelecidas. O modelo urbano de viver - densificado e acelerado - gerou um ambiente hostil, permeado de relações fragilizadas. O presente artigo, através de revisão bibliográfica, discorre acerca da relação pessoa - ambiente e a sua importância para o meio urbano. Entendendo essa relação enquanto criação de um laço afetivo, o qual só se desenvolve através da “experimentação” do espaço, permite caracterizá-la como algo individual e subjetivo. Conseqüentemente, torna-se difícil determinar o que estimula, ou não, a experiência geradora desse laço afetivo. Apesar de a relação pessoa-ambiente ser influenciada por inúmeros fatores a criminalidade e sensação de insegurança ganham importância no cenário urbano atual. Apesar de a criminalidade não ser manifestação exclusivamente urbana é na cidade onde ela incide com mais intensidade, majorando a sensação de insegurança por parte da população. A discussão engendrada permite inferir a validade da relação entre criminalidade/sensação de insegurança e “desvinculação do lugar”, afirmar que tal patologia inibe a vida nos ambientes urbanos, o que torna a relação das pessoas com esses ambientes ainda mais efêmeras.

Palavras-chave: Espaço Urbano. Lugar. Criminalidade. Sensação de insegurança.

1 Introdução

O processo histórico industrialização/urbanização gerou uma mudança no modelo de organização social das cidades, antes baseada em pequenos grupos. Essa mudança na “escala social” acarretou conseqüências nos fenômenos sociais urbanos. Segundo Fernandez (1991), o pensamento sobre a cidade nasceu com a grande explosão urbana gerada pela industrialização e seu modo de produção. As relações econômicas, possibilidades de transporte, comunicação e a limitação espacial geraram esse “novo modelo de assentamento nas sociedades ocidentais”. Esse novo cenário é permeado por relações interpessoais diferenciadas e marcado profundamente por mudanças nas relações pessoa-ambiente.

As relações sociais, analisadas sob a perspectiva clássica (autores como Weber, Marx, Engels e Simmel), apontam para uma interação social, a qual passa a ser mais consonante com a lógica de mercado. O modo de produção do capitalismo industrial demandava maior volume de mão de obra, então as cidades receberam massas de imigrantes em busca de oportunidade, sem que fossem devidamente

estruturadas para acomodá-los. Essa dinâmica transformou a cidade em um ambiente hostil oportunizando experiências de vida que ajudaram a construir uma nova personalidade urbana. As análises da Escola de Chicago chegam a conclusões parecidas acerca do relacionamento no cenário urbano: que a dificuldade de conhecimento pessoal direto gerada pela alta densidade cria nos relacionamentos um caráter menos afetivo, o que influenciará, conseqüentemente, as relações das pessoas com o ambiente (FERNANDEZ, 1991).

A partir de então, emergiram inúmeras teorias acerca da cidade destacando os pontos positivos ou negativos da vida urbana e das formas de interação/apropriação das pessoas com os ambientes. Essas relações são ainda afetadas por inúmeras fragilidades emergentes desse novo modo de vida como o estresse urbano, a criminalidade, os índices de poluição ou o ritmo de vida acelerado. Entendendo a importância da relação pessoa-ambiente para a qualidade da vida urbana, este artigo baseia-se na questão: como a criminalidade enquanto patologia social-urbana interfere na relação pessoa-ambiente, conseqüentemente, na vida nas cidades?

Para analisar a relação pessoa-ambiente é proposta uma discussão acerca do conceito Espaço/Lugar, com ênfase nos estudos da psicologia ambiental, coletando diferentes pontos de vista a fim de demonstrar a importância da relação entre a pessoa e o ambiente. Speller (2005) define lugar como “a dimensão da relação entre a pessoa e o ambiente físico que conduz à evocação do sentimento de pertença”, igualmente, outros autores perpassam pelas ideias de apego, simbologia ou memória para construir o conceito de lugar ou demonstrar sua importância. A junção desses estudos, sem a pretensão de esgotar o assunto, dará a base necessária para a análise proposta pelo presente trabalho.

Posteriormente, também através de revisão bibliográfica, traz uma abordagem acerca da criminalidade urbana e da sensação de insegurança aliando perspectivas da sociologia, psicologia social e urbanismo. Por fim, discute-se a relação pessoa-ambiente sob o prisma dessas manifestações. Essa relação tem inúmeros fatores que atuam para fortalecê-la ou dissolvê-la. Entendendo a manifestação da criminalidade e suas conseqüências nos ambientes urbanos como um desses fatores é possível compreender a sua interferência na relação pessoa-ambiente, a princípio, agindo como “desvinculador” do lugar, elucidando um aspecto de sua interferência na morfologia urbana e na qualidade de vida possível nesses ambientes.

2 Relação espaço-lugar em ambientes urbanos

O termo “lugar” é discutido à luz de diversos conceitos, consensos e divergências. Para Speller (2005, p.133), “essas características advêm quer das múltiplas propostas conceptuais, quer da multidisciplinariedade das origens e da diversidade dos métodos de investigação adotados”. Só a partir da década de 1990, os estudos relacionados ao apego ficaram mais frequentes na psicologia ambiental, com o laço afetivo entre uma pessoa e um local aparecendo mais repetidamente como objeto de estudo. Apesar de aspectos dessa relação terem sido pouco explorados, os existentes apontam para sua importância na vida do indivíduo (GIULIANI, 2004).

Como resultado da experiência, do senso comum e de conhecimentos gerais, é possível afirmar que o afeto relacionado a lugares existe e é de uma natureza que, embora não totalmente explícita e definida (...) é percebido como um dos fatores importantes que às vezes auxiliam e às vezes obstruem nosso equilíbrio, nosso bem-estar material e espiritual (GIULIANI, 2004, s.p.).

Para Tuan (1974/1977), é ao assumir importância emocional na experiência humana que um espaço passa a ser lugar. O autor define, portanto, lugar a partir de um contraponto com espaço; com o lugar derivando do espaço através de um processo de significação: “o que começa com o espaço indiferenciado transforma-se em lugar a medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1977, p.6). Tuan afirma que os dois conceitos são indissociáveis, para que se entenda um, é necessário conhecer o outro: “a partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa” (TUAN, 1977, p.6). Ser lugar depende da criação de um vínculo, de um laço afetivo, entre a pessoa e o ambiente. Para tanto, o espaço precisa ser vivenciado, experimentado. Só através da experimentação do lugar advém o vínculo para com ele.

A “concretude” do lugar ao invés da “abstração” do espaço, no que se refere a significado, é ainda uma ferramenta fundamental para a apreensão da imagem da cidade. Esse processo de experimentação que torna o significado do lugar algo concreto é fundamental também para a percepção da cidade enquanto imagem. A percepção humana é limitada, “os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo, à acuidade e amplitude do nosso aparelho perceptivo” (TUAN, 1974, p.16-17). Em consequência, a percepção da imagem de uma cidade

precisa de segmentação por sua escala macro, pois ainda que se conheça a cidade por completo não se consegue gerar uma imagem dela por inteira. Sendo assim, primeiro o espaço precisa ser fragmentado, o que o indivíduo faz gerando imagens mentais; em seguida, ele seleciona as imagens que funcionem como amostragem de um espaço e sugiram o próprio modo de sua percepção; por último, escolhe uma dominante para esse espaço. O processo é repetido na medida em que se conhecem novos espaços, assim ele monta a leitura das imagens as quais representarão a cidade. (FERRARA, 1993/1999).

A seleção dessas imagens é um processo individual, o que leva uma pessoa a escolher uma imagem e não a outra é reflexo da sua experiência com o próprio lugar. Pode-se dizer então que esse processo confere a esses lugares (através da seleção das imagens) a categoria de símbolos. Para Tuan (1974), símbolos constituem uma parte representativa de um todo. Através desses símbolos a pessoa individualiza sua imagem da cidade, formando um mosaico de imagens que reflete tanto o ambiente em questão quanto a vida e a personalidade do indivíduo.

Com base em Ferrara (1999), um espaço passa a ser lugar sob o impacto funcional do meio ecológico, das firmas, das instituições, das infraestruturas e, principalmente, dos homens que são a força de trabalho capaz de realizar essas transformações. Ao se transformar em lugar, o espaço perde sua homogeneidade e passa a ser um ambiente de percepção e leitura, fonte de informação urbana. Estabelece, portanto, um vínculo estreito com a construção da memória.

A ligação entre memória e cidade passa sempre pela identidade, quer na identificação com o lugar (...), quer nas afirmações identitárias que são estabelecidas como respostas às imposições dos espaços coletivos pelos planos de urbanização. Essas afirmações identitárias podem ter efeito direto sobre as formas de sociabilidade (...). Elas podem provocar também apropriações particularizadas e plurais do espaço (JODELET, 2002, p.38).

A construção da memória tanto individual quanto coletiva fortalece o conceito de lugar de uma determinada imagem e o vínculo criado para com ele. Para os ambientes urbanos isso pode se refletir em atitudes positivas ao evocar ainda mais o sentimento de pertença, ou pode estar associado negativamente e desencadear “formas de rejeição e desapropriação dos lugares” (JODELET, 2002, p.38), através da depredação desses espaços. Algumas patologias sociais podem agir como desencadeadoras dessas associações negativas, levando ou a uma simples

“desvinculação” do lugar ou a atitudes de rejeição como a deterioração dos mesmos por atos de vandalismo.

3 Criminalidade – patologia social urbana

A criminalidade, entendida aqui como uma patologia social urbana, cresce progressivamente. Tal manifestação não é exclusiva das cidades, no entanto, é onde se apresenta com mais intensidade. Soczka (2005, p. 117) afirma que “sendo a incidência de actos criminosos (...) muito mais elevada no meio urbano do que nas comunidades rurais, torna-se claro que o risco de desviância criminosa ou vitimização em relação ao crime é por excelência um risco do urbanita”. Por conta da crescente manifestação dessa patologia, inúmeros estudos vêm sendo desenvolvidos no intuito de determinar causas e apontar soluções.

Durkheim (2007) aponta patologia como tudo que tem por efeito a diminuição das chances adaptativas, causando enfraquecimento do organismo. Ao fazer uma analogia do organismo, apontado por Durkheim, com o ambiente urbano pode-se identificar criminalidade como uma patologia social urbana. Ela enfraquece as relações sociais e espelha esse enfraquecimento na relação das pessoas com os ambientes, tendo consequência direta na percepção da qualidade de vida individual e coletiva.

Os fatores causadores do acréscimo no quadro da criminalidade urbana são de natureza diversa. Muitos estudos apontam causalidades sociais, outros atribuem explicações econômicas ou ainda espaciais e até predisposição genética. Adorno (2002) resume os estudos sociológicos afirmando que desde a década passada, de modo geral, apontam três ordens de explicações para a criminalidade crescente: a) mudanças nos padrões de criminalidade e violência; b) crise no sistema de justiça criminal; c) desigualdade socioeconômica e segregação urbana. Os estudos acerca dos fatores socioeconômicos são os mais enfáticos, com pesquisas extensas já desenvolvidas baseando-se nessa ligação entre desigualdades sociais ou econômicas e criminalidade urbana.

A atribuição de causas à manifestação crescente da criminalidade é um processo complexo tanto por conta das inúmeras variáveis envolvidas quanto pela relação profunda entre essas variáveis. Definir essas causalidades e analisa-las é produto para outra investigação, no entanto, entender a complexidade da causalidade

dessa patologia é fundamental para entender a gravidade do problema, pois o que é complexo em sua origem não pode ser solucionado simples e rapidamente.

Ao falar em meio urbano faz-se relevante apontar a distribuição espacial de ocorrências, a qual tem sido cada vez mais expressiva, principalmente, por estudos que associam o desenho urbano a áreas com maior ou menor risco, alegando que o desenho pode minorar ou não o problema da delinquência urbana. As áreas apontadas como sendo de maior risco são aquelas onde o delinquente tem mais probabilidade de êxito, ou seja, com baixo controle informal ou apoio social, com características propensas como falta de iluminação e ainda “disponibilidade” de vítimas.

O modelo espacial de distribuição de delito proposto por Brantingham y Brantingham (como explicado em artigo de FERNANDEZ, 1991) diz que a combinação de alguns fatores em uma área determinará maior ou menor probabilidade para uma atividade dessa natureza: delinquente, vítima e situação. O delinquente tende a atuar de forma racional, em locais que conheçam bem, forneçam facilidade de mobilidade e onde tenha vítimas potenciais em situações que facilitem a ação criminosa.

Vale ressaltar que a ligação entre aquele que pratica o crime e o lugar aponta para o fato de que a criminalidade pode ser abordada como forma de apropriação do espaço, se focada a análise naquele que pratica o ato. Desse ponto ela é a apropriação em si, pois a pessoa praticante desenvolve seus atos em determinados lugares, escolhidos pela sua familiaridade com o ambiente e pela constituição do mesmo (falta de iluminação, lugares propícios para se esconder, fuga facilitada, disponibilidade de vítimas). A criminalidade deixa de ser a apropriação e passa a ser um fator influenciador quando abordada pela visão social, como no presente artigo.

A espacialização da criminalidade aponta lugares mais propensos ao delito, no entanto, ainda que não esteja dentre as áreas de maior incidência, um espaço pode transmitir/gerar uma sensação de insegurança. Um indivíduo pode considerar um lugar perigoso por diversas razões: intuição, condições ambientais propícias ao delito, falta de apoio social. Uma rua mal iluminada será evitada sempre que possível, assim como um parque com muitas barreiras visuais ou uma área deserta, sem movimento que possa ser considerado apoio social, “uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não” (JACOBS, 2000, p.35).

A questão do apoio social remete ainda ao nível de relação que as pessoas têm estabelecido entre si nos centros urbanos. O fato de ter pessoas em um determinado lugar não transmite necessariamente o sentimento de apoio social. A

indiferença que reina nas relações com aqueles que não fazem parte do círculo familiar ou de amigos dificulta a confiança na ajuda de desconhecidos. A indiferença, ou até o medo, pode causar, em determinadas situações, certa falta de solidariedade. (Figura 1)



Figura 1 - Falta de apoio social

Fonte: <http://www.soudapaz.org/Home/tabid/672/BlogDate/2007-07-31>. Acesso em 10 jul 2011.

Apesar de muitas vezes os lugares que as pessoas acham ser perigosos e os que de fato são não coincidirem, essa sensação de insegurança tem sido cada vez mais frequente por conta dos níveis de criminalidade urbana. Saber que um crime foi cometido em determinado local pode fazer com que este espaço seja evitado, ou ainda, a demasiada sensação de insegurança pode levar a um evitamento sem critérios. Por medo, as pessoas passam a evitar qualquer atividade nos ambientes urbanos, interiorizando tanto quanto possível as suas vidas.

El individuo sopesa los factores de riesgo y las posibilidades de afrontamiento (fuerza propia, presencia de apoyos) em un proceso valorativo que puede concluir com el sentimiento de miedo o com la reacción de evitación del lugar (...) La extensión del miedo al delito, dentro de esta perspectiva, es el producto de

la difusión de información entre los residentes de la existência de este processo ecológico de defensa y perdida de espacios em favor de individuos de los que se desconfia y a los que se teme (FÉRNANDEZ, 1991, p.271).

4 Sensação de insegurança e “negação” ao lugar

Majorando esse “desconvite” à vida nos ambientes urbanos, a questão da (in)segurança urbana contribui sobremaneira para a reprodução da interiorização da convivência. A violência vem condicionando a continuidade dos espaços citadinos ao erguer barreiras físicas, segregando as áreas e funções, formando a “paisagem do medo” (ROCHA e MARIANO da SILVA, 2008). A influência da segurança na apropriação dos espaços urbanos aparece em maior grau nas grandes metrópoles. Segundo Jacobs (2000), as metrópoles não são apenas maiores ou mais povoadas que as cidades menores, elas são “cheias de desconhecidos”.

A sensação de insegurança pode aparecer em maior índice que a insegurança de fato. Para Bauman (2009), isso é consequência da busca pela segurança ser tão enfatizada na vida moderna, o cidadão de hoje “sente-se inseguro, ameaçado e amedrontado, mais inclinado ao pânico e mais interessado em qualquer coisa que tenha a ver com tranquilidade e segurança que os integrantes da maior parte das outras sociedades que conhecemos” (BAUMAN, 2009, p.13). Aponta ainda a sensação de insegurança como fenômeno das cidades atuais em consequência de uma construção histórica baseada na necessidade “urgente” de proteção e de controle.

Passa-se a enxergar no outro a iminência do perigo, pois a causa da insegurança tende a ser externalizada. A individualização da vida e das responsabilidades inerentes a ela estabelece um contraponto tão forte com as comunidades que precederam essa tendência - baseadas na cooperação e na solidariedade - que, em algum ponto desse processo de transformação, deixou-se de acreditar na capacidade de solidariedade do outro. A falta ou pouca vigilância social da era moderna aumenta a liberdade de ação do indivíduo, mas, ao mesmo tempo, aumenta também sua vulnerabilidade por conta da fragilidade dos laços e vínculos sociais que antes agiam como proteção (vigilância social).

Essa supervalorização da individualidade, aliada ao consequente enfraquecimento dos laços sociais, são tendências determinantes da situação que se encontram as cidades atuais no que concerne a essa generalização as sensação de insegurança, interiorização da vida e evitamento do outro. Evitar o “outro”

(BAUMAN, 2003) traz uma falsa sensação de segurança e conduz a uma “auto-segregação” (BAUMAN, 2003). Segundo Souza (2000), a espacialidade urbana e estratégias de sobrevivência sofrem influência da violência urbana. A busca por ambientes controlados, seguros e a prova de intrusos acolhe condomínios, ruas e bairros fechados. Por consequência, muros, acesso controlado e câmeras de vigilância se tornam estratégias de marketing de imobiliárias. Diante disso, o espaço urbano torna-se fragmentado e descontínuo, o que, dentre outras consequências, cercea o direito básico de circulação da população.

(...) fechamento dos espaços urbanos em “condomínios” desarticula o tecido urbano e a malha viária, pois a existência de ruas fechadas e sem saída cria barreiras que desconectam os espaços, formando “ilhas” e interrompendo a permeabilidade e fluidez intra-urbana, seja no deslocamento de veículos ou pessoas. (ROCHA; MARIANO da SILVA, 2008, s/p.)

Segundo Arantes (2009), a partir de 1990 houve uma modificação relevante na construção de condomínios fechados, na forma de cada um deles e na motivação para ocupação dos mesmos. Eles deixaram de nascer a partir da organização de classes trabalhistas e passaram a mercadorias imobiliárias. Sofreram alterações em sua estrutura, incorporando cada vez mais itens de lazer e serviços para tornar a saída dos seus moradores menos necessária. Por fim, a motivação da moradia deixou de ser o acesso a casa própria e a qualidade de vida para ser a busca pela sensação de segurança.

O processo de “auto-segregação” acentua disparidades sociais ao acrescentar uma barreira física entre o “rico” e o “pobre”. De acordo com Rocha e Mariano da Silva, (2008, s/p.) “a segregação é uma tendência da estruturação do espaço ligada à concentração de pessoas por camadas sociais”. Seguindo essa tendência, os espaços públicos estão se tornando privados, seja por atender a uma demanda da população na busca por segurança ou por obedecer a lógica de mercado tornando-se espetáculos “desapropriados”. São praças gradeadas, ruas fechadas ou barreiras simbólicas que intimidam a população e desconstroem o acesso e a apropriação desses espaços.

A hesitação ao “outro” e a busca pela sensação de segurança, aliados a um alto poder aquisitivo chega, atualmente, a definir bairros nas grandes cidades. Se, para a classe média, a estratégia de marketing imobiliário explora os condomínios fechados, para as classes mais altas explora-se o “bairro” fechado e planejado para prover

segurança não só na moradia. O controle não se restringe mais ao “habitar”. Esses empreendimentos incluem unidades comerciais, escritórios, shoppings e escolas. Pode-se “viver com segurança” todos os aspectos do cotidiano urbano como a moradia, o trabalho, a educação, o lazer.

O processo de “auto-segregação” vivenciado nas grandes cidades reflete a escolha de viver cada vez menos os ambientes urbanos. A discussão sobre o processo de “auto-segregação” apresenta sempre a busca pela sensação de segurança como uma das motivações para tal. Caldeira (2000), em estudo do fenômeno na urbanização brasileira, coloca a violência como determinante nesse processo de interiorização da vida. A negação ao espaço público é apenas uma das consequências geradas por essa nova configuração. As mudanças são profundas nas interações pessoais e na relação indivíduo-espaço. Para a autora,

aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. [...] Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcados por suspeitas e restrição (CALDEIRA, 2000, p.258).

Prover a segurança, mesmo em meio a tantos desconhecidos, é função de um “distrito urbano próspero” (JACOBS, 2000). E a cidade que não proporciona essa sensação a sua população, cria em si uma série de problemas. O maior deles é o ciclo alimentado a partir disso: os espaços desprovidos de segurança são menos usados, o que os torna ainda mais inseguros.

A segurança, ou a sensação de estar seguro, reflete a intensidade da apropriação de um espaço e isso varia com o nível de relação estabelecido entre as pessoas e seu entorno. A rua, ou qualquer outro espaço de domínio público, torna-se interessante aos olhos quando há movimento. É isso que a faz segura, os olhares do seu entorno voltados a ela. Essa “vigilância” informal provoca uma sensação de segurança nos transeuntes e torna aquele espaço mais convidativo. A ausência de movimento agrava a sensação de insegurança, pois diminui o interesse advindo daquele espaço.

5 Conclusão

Viver o ambiente urbano é fundamental para que se crie um vínculo com ele, é através dessa experiência que o indivíduo atribui significado ao espaço,

tornando-o lugar. Essa relação em menor escala é um caminho para a relação da pessoa com a cidade como um todo. A fundamentação dessa relação pode trazer benefícios tanto para os indivíduos quanto para o meio urbano. Igualmente, a fragilidade dessa relação pode impor consequências negativas a ambos. Os indivíduos passam a restringir suas vidas a espaços fechados enquanto os ambientes urbanos passam a ser esvaziados ou subutilizados.

São inúmeros os fatores que contribuem para uma vinculação ou “desvinculação” do lugar. Por ser uma relação com um caráter subjetivo muito forte é complicado definir precisamente quais são esses fatores. No entanto o cenário de criminalidade que vem se instaurando nos centros urbanos confere a essa patologia social uma influência crescente na relação pessoa-ambiente. A criminalidade e a sensação de insegurança inibem à vida nos ambientes urbanos, o que torna a relação das pessoas com esses ambientes ainda mais efêmeras. Não estar seguro passa a ser a justificativa para uma vida interiorizada, de evitamento do outro e da multiplicidade urbana.

A discussão construída permite inferir, a princípio, duas conclusões. Primeiro, que a criminalidade e a sensação de insegurança agem como inibidores da vinculação ao lugar, ao inibir a experiência geradora do laço entre a pessoa e o espaço. Tomadas por essas sensações, sentindo-se ameaçadas, as pessoas deixam de viver os espaços urbanos e na falta dessa experiência, os significados atribuídos a esses espaços são frágeis e transitórios. Para essas pessoas não pode haver transformação do espaço em lugar porque não há formação de qualquer laço afetivo sem experiência.

Segundo, numa outra situação, onde o vínculo entre a pessoa e ambiente já foi formado, a criminalidade e a sensação de insegurança podem não afetar o vínculo, mas afetam o uso desse lugar. Ainda que a relação de significação com esse lugar continue inalterada, os significados atribuídos a ele permaneçam, ele deixa de ser frequentado. Configura uma interferência diferente, mas que pode levar a consequências semelhantes tanto para o indivíduo quanto para o ambiente.

Por fim, o fato de ter sido baseado em revisões bibliográficas deixa algumas lacunas a serem preenchidas. Só estudos *in loco* permitirão a corroboração das análises aqui construídas. Apenas através de pesquisas extensas, utilizando-se da percepção e opinião dos indivíduos afetados, se poderá ter real noção da extensão e implicação das consequências. As inferências permitidas por esse estudo podem configurar então mais como um ponto de partida para novos questionamentos do que como respostas em si.

Agradecimentos

O presente artigo é parte de pesquisa em desenvolvimento para obtenção do grau de mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado orientado pelo Prof. Dr. George Alexandre Ferreira Dantas. Agradecimento especial à Prof. Dra. Gleice Virgínia Medeiros de Azambuja Elali, pela contribuição na construção deste artigo. Apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ.

Referências

Adorno, Sérgio. 2002. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia - PSI* [Em linha], Abril/Junho. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=1061&Itemid=96 [Consult. em 06 jul 2011].

Arantes, Rafael de Aguiar. 2009. Qualidade de Vida ou Fortificações: o significado dos condomínios fechados em Salvador. *Revista VeraCidade* [Em linha], Ano IV, n 4. Disponível em: <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v4/images/pdf/artigo3.pdf> [Consult. 15 de julho de 2010].

Altman, I.; Chemrs, M. 1980. Living Cities. In: _____ *Culture and environment*, Montrey, Ca:Brooks/Cole.

Bauman, Zygmunt. 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

_____. 2009. *Confiança e medo na cidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, São Paulo, Ed. 34 / Edusp.

Durkheim, Emile. 2007. Regras Relativas à Distinção entre Normal e Patológico. In: _____ *As Regras do método Sociológico*, 3 ed., São Paulo, Martins.

Ferrara, Lucrécia D'Alécio. 1999. *Leitura sem palavras*. São Paulo: Ática, 1999.

_____. 1993. *Olhar periférico: Informação, linguagem, percepção ambiental*, São Paulo, EDUSP.

Fernández, Baltasar Ramírez. 1991. El médio urbano. In: Jiménez-Burillo, F.; Aragonéz, J.I. (org.). *Introducción a la Psicología Ambiental*, Madrid, Editorial Alianza.

Giuliani, Maria Vitória. 2004. O lugar do apego nas relações pessoas-ambiente. In: Tassara, E.T.O.; Rabinovich, E.P.; Guedes, M.C. (Eds). *Psicologia e ambiente*, São Paulo, EDUC.

Jodelet, Denise. 2002. A cidade e a memória. In: Del Rio, V.; Duarte, C.R.; Rheingantz, P.A. (Orgs). *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*, Rio de Janeiro, Contracapa/PROARQ.

Jacobs, Janes. 2000. *Morte e vida de grandes cidades*, São Paulo, Martins.

Mariano da Silva, L. F.; Rocha, C. P. 2008. A paisagem do medo: um estudo do bairro da Pituba - Salvador - BA. In: Terra, C. G.; Andrade, R. (Orgs.). *Paisagens Culturais: Interfaces entre Tempo e espaço na construção da Paisagem Sul-Americana*, Rio de Janeiro, EBA.

Soczka, Luis. 2005. Viver (n)a cidade. In: _____ (Org.) *Contextos humanos e psicologia ambiental*, Lisboa, F.C.L.

Souza, M. L. 2000. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio espacial nas metrópoles brasileiras*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

Speller, Gerda. 2005. A importância da vinculação do lugar. In: Soczka, L. (Org). *Contextos Humanos e Psicologia Ambiental*. Lisboa: F.C.L.

Tuan, Yi-fu. 1974. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*, São Paulo, DIFEL.

_____. 1977. *Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo, DIFEL.